



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

Conclusão Final

Uma Visão Estratégica para São Paulo



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

Conclusão Final

Uma Visão Estratégica para São Paulo

Em Direção À Sociedade Desejada

Desde sempre povos e sociedades têm lutado por esta aurora que se descortina no horizonte da humanidade: a chegada de uma sociedade justa, fraterna e amável para com os seus, construída sobre a mais radical democracia, a do saber democraticamente partilhado. Sociedade esta, que há de assegurar para seus cidadãos o bem-estar e a felicidade inerentes ao ser humano. Sociedade que oferecerá, generosamente, os meios para a plena realização da condição humana. Esta sociedade desejada nascerá do ventre da nova era que ocorre em simultâneo a duas importantes efemérides: o advento de um século novo e de um novo milênio.

De fato, o otimismo que envolve o tempo presente, de domínio da mais intensa e extensa revolução científica e tecnológica já ocorrida na história da humanidade, é fortemente justificado pela natureza dos elementos que compõem o que se denomina de Era do Conhecimento, a qual se traduz nas práticas sociais como Sociedade do Conhecimento.

A sinergia dos formidáveis avanços alcançados nos campos tecnológicos da informação e da comunicação sintetizados na Tecnologia da Informação, abre infinitas possibilidades para a aproximação de povos e sociedades, permite grandes facilidades na vida social, nas transações econômicas e inter-pessoais e, acima de tudo, aprofunda a democracia em todas as suas dimensões. Não apenas porque traça rotas e desenhos para a transparência das ações públicas de governos e empresas para cidadãos e consumidores, como também por representar o avesso do monopólio do conhecimento e da informação que está na base de toda e qualquer modalidade de poder.

É da natureza da Tecnologia da Informação, portanto da sociedade que a ela corresponde - a Sociedade do Conhecimento ou da Informação - a repartição do saber acumulado em seu âmbito. O requisito para sua existência, reprodução e ampliação é que mais pessoas dela participem, não como meros consumidores ou manipuladores, mas, sobretudo, como seus difusores e produtores.

Governos e empresas têm, de modo crescente, tornado disponíveis serviços públicos que induzem à capacitação de amplas camadas da população no manejo de ferramentas e procedimentos quando a eles acessam, o que representa um primeiro, importante e irreversível passo para a fixação de novos conhecimentos na vida prática dos indivíduos. Escolas cada vez mais se utilizam da Tecnologia da Informação como instrumento pedagógico tanto para o ensino, quanto para a pesquisa. Parcelas crescentes da população dela fazem uso para organizar seus interesses, estabelecer canais permanentes para a troca de informações, redes de cooperação e muito mais. A informatização dos processos eleitorais, de votação e apuração, afasta a manipulação e a fraude e dota de mais valor a participação cidadã ao facilitar a manifestação da escolha individual e possibilitar a divulgação de

resultados em tempo compatível à expectativa dos cidadãos.

A Sociedade do Conhecimento, ou da Informação, engendra e fixa meios e modos para a democratização da informação desde temas prosaicos e banais, passando pelo noticiário de interesse geral ou específico, aos grandes temas universais, como a divulgação de conhecimentos científicos de ponta, a troca de informações da mais moderna atualidade médica e mais, muito mais do que aqui poder-se-ia enumerar.

Em nenhum outro tempo a humanidade encontrou tantas oportunidades para sua libertação no encontro consigo mesma . Em nenhuma outra época o ser humano dispôs de tantos instrumentos capazes de dotar sua vida da autonomia necessária a seu pleno desenvolvimento.

Ainda mais, a Sociedade do Conhecimento se apresenta em caráter universal, sem que seja totalizante. Ao contrário, abriga a diversidade, o único, o singular e os transforma em valores universalmente partilhados. Nascida no bojo da sinergia própria da revolução científica e tecnológica que uniu indissolivelmente comunicação e informação, é, por natureza, democrática, plural, humanista.

É irremediavelmente libertária, aberta a todos que a queiram. Veio para o bem e se oferece, acessível e simples, a todas as sociedades que buscam no progresso e na paz a felicidade de seus cidadãos.

A sociedade que se anuncia tem, portanto, como vetor a universalização das tecnologias da informação e da comunicação, num processo revolucionário que afeta os habitantes de todo o planeta nas seus modos de ser e viver, nos meios de aprender e conhecer , nas formas em que se organiza a produção e se estruturam as relações de trabalho, assim como incrementa o desenvolvimento de comunidades locais e grupos de interesses. Para o bem ou para o mal. Para o avanço ou para a estagnação.

A Sociedade do Conhecimento , ou da Informação, não é uma fatalidade, nem fruto de natural evolução. É um destino que implica em escolhas a serem feitas no presente. Das escolhas que as gerações presentes tenham o descortino e a ousadia de fazer.

Daí, a enorme responsabilidade que recai sobre os brasileiros e, em especial, sobre nós, paulistas, vez que, em nosso Estado, concentramos as atividades econômicas e de pesquisa científica e tecnológica em escala por demais superior quando comparada com os outros Estados da Federação brasileira. Este fato nos oferece a oportunidade de liderar os processos de reorientação econômica e de transformação social necessários ao ingresso nessa nova era.

Como seria possível assistir sua chegada, conhecer seu potencial de

riquezas material e espiritual , sua natureza humanista e civilizatória e dela não franquear sequer a luz do portal?

Eis o fantástico e terrível desafio que, na condição de brasileiros e paulistas, devemos enfrentar. Aceitá-lo, vencê-lo, nos tornará donos de nossos destinos. Ignorá-lo, será impossível.

O Desafio do Milênio

São Paulo e sua população franquearão os portais do Século XXI e do Terceiro Milênio em duas frentes de luta: as das batalhas focais para o resgate de sua dívida social e a da permanente batalha pelo desenvolvimento, maximizando os processos de geração de emprego e renda, em justa distribuição.

Na senda da paz e da prosperidade, aspirações de todas as sociedades que vivem e viveram neste planeta Terra, os representantes da sociedade paulista , reunidos no **Fórum São Paulo- Século XXI** têm clareza sobre os compromissos que assumem com as gerações presentes e com aquelas que virão. Compromissos que implicam escolhas e caminham sobre dois eixos:

- da luta democrática e popular pela plena capacitação de seus membros, tanto no aprendizado formal, quanto no acesso ao conhecimento;
- do combate a todas as formas de exclusão que povoam a pobreza.

Este caminho leva a uma única direção - a que permitirá que São Paulo conduza, como é de sua tradição histórica, sua gente e todos os brasileiros, à nova era anunciada, onde o saber terá se tornado o núcleo da riqueza social. E onde o ponto de chegada exige o prévio esgotamento dos déficits sociais acumulados em alguns séculos de desigualdade cultural, econômica e social.

São Paulo estará a cavaleiro da formidável onda que se espalha pelo planeta - a Era do Conhecimento baseada na Tecnologia da Informação, formatada na Sociedade do Conhecimento, honrando, assim, sua condição de pólo mais avançado do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do país.

São Paulo - Uma Estratégia para o Futuro

Não obstante, para que se cumpra nosso destino quanto à efetividade da entrada na Era do Conhecimento, com nossa sociedade atualizada nos termos da Sociedade da Informação , torna-se imperativo olhar as múltiplas contradições que tecem o território paulista. A realidade de nossa grandeza se expressa em números

sobejamente conhecidos, os quais traduzem a grande superioridade locacional de São Paulo, inclusive nas relações internacionais. Mas não menos reais são os números que expressam nossas misérias, desde a forte concentração da renda e da riqueza, aos índices de violência e aos indicadores de pobreza.

Inexistem dúvidas de que a visão estratégica para o novo século deve considerar prioritárias as propostas que levem à efetivação das condições objetivas para que a Tecnologia da Informação promova a plena realização das potencialidades e aspirações da nossa sociedade, na medida em que universalize a transmissão do conhecimento disponível nas pessoas e do saber acumulado nas instituições e se concretize em bens comuns, tanto no plano material, quanto espiritual.

A estratégia para a conquista do futuro afluyente referido na Sociedade do Conhecimento exige a criação de condições necessárias ao aprofundamento da democracia e ao crescimento econômico sustentado; o incremento do bem-estar social e da felicidade das pessoas; a multiplicação dos mecanismos de transparência e de prestação de contas de governos e governantes; a garantia e desenvolvimento dos direitos humanos; o estímulo à diversidade em todas as suas manifestações e que represente, afinal, um esteio para a paz e integridade de cada ser humano.

A visão estratégica que se possa ter para São Paulo no próximo século, parte do enfrentamento do imenso desafio de eliminar a pobreza e a ignorância de nosso território, no mesmo passo em que sejam criadas as condições para que a Sociedade do Conhecimento implique a possibilidade real de libertação do atraso a que nos têm condenado as políticas globais até agora implementadas.

De boa parte desse desafio devem se incumbir os poderes públicos instituídos e os diferentes níveis de governo. Outra parte há de ser enfrentada e respondida pela sociedade em suas variadas formas organizativas.

Aos governos e demais instituições políticas cabe a tarefa da formulação e implementação de boas e eficientes políticas que focalizem os déficits sociais em todos os campos a fim de zerar seu estoque, ao mesmo tempo em que atuem para fazer cessar a alimentação dos fluxos que o formam.

Cabe, também, estabelecer condições infra-estruturais e criar, ou adaptar, normas legais para apoiar o setor privado, firmas ou instituições, em sua caminhada pela Sociedade do Conhecimento. E, acima de tudo, utilizar os recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação para dar a máxima transparência a seus atos para que sejam avaliados e valorados pela sociedade.

Ao setor privado cabe a responsabilidade pela absorção dos avanços tecnológicos em seus processos produtivos, dotando-os da maior eficiência e da

mais acurada capacidade de inovação e competitividade. Acima de tudo, é seu dever o desenvolvimento da capacidade de seus recursos humanos, pois estes, mais que nunca, serão requisito obrigatório para a sustentação e progresso da economia e da sociedade.

A todos, Governo e Sociedade, assinala-se a obrigação de assegurar que os frutos dessa nova era, hoje consubstanciada na Sociedade do Conhecimento e viabilizada pela Tecnologia da Informação, sejam distribuídos de forma socialmente justa.

O Fórum São Paulo - Século XXI

A sociedade paulista em suas manifestações no âmbito do **Fórum São Paulo - Século XXI** reconheceu, nas diferentes áreas da realidade social, econômica e institucional de nosso Estado, os problemas acumulados e as perspectivas para sua superação. Desse formidável trabalho solidário entre representantes da Sociedade, do Governo e do Legislativo paulistas resultaram importantes idéias que se inscrevem na visão estratégica que se desenha para São Paulo no século XXI.

Resultou, sobretudo, uma clara visão sobre os compromissos que devem ser assumidos, pelos três atores, para que o Estado de São Paulo assumira a liderança na caminhada em direção à sociedade desejada, a sociedade que queremos.

Pela primeira vez, na curta história da sociedade brasileira, surge uma alternativa possível para a superação dos entraves que atam nosso destino. Não se trata mais de acumular riquezas materiais, ou controlar recursos naturais estratégicos, para comprar um lugar no futuro.

Sendo o conhecimento o novo motor da história e seu substrato a consciência humana, o novo recurso estratégico é a inteligência.

Trata-se, agora, de cuidar, de preparar e de capacitar pessoas para que se tornem atores dessa nova era, assumindo o papel de criadores, portadores e beneficiários de sua principal riqueza, o conhecimento.

Esta possibilidade histórica é, também, a mais adequada aos ideais de democracia e justiça enraizados em território paulista, pois representa a negação da concentração e do monopólio do poder. O advento da Era do Conhecimento exige, como pré-requisitos, o saber socialmente partilhado e o mais amplo e democrático acesso à informação.

A alternativa que se nos apresenta é a que mais se aproxima das potencialidades e possibilidades da sociedade paulista. Desperdiçar tal oportunidade seria um inominável crime contra as gerações que virão. Ter dela

consciência torna imperativa a necessidade de elencar compromissos e encontrar meios para seu cumprimento.

O **Fórum São Paulo - Século XXI** propõe à sociedade paulista, para o novo século, os compromissos que se seguem, os quais trazem implícitas escolhas sobre alternativas históricas:

- **Promover a autonomia da Sociedade frente ao Estado, fortalecendo as diferentes formas associativas que nela florescem**

- **Combater todas as formas de monopólio e concentração do conhecimento e de poder**

- **Criar e recriar mecanismos e instrumentos adequados ao exercício da democracia participativa**

- **Lutar pela efetiva democratização do conhecimento**

- **Capacitar sua população pelo ensino e pelo acesso à informação e ao conhecimento, a fim de torná-la protagonista da história do novo século**

- **Incrementar a qualidade de vida da população garantindo seus direitos a saúde, educação, moradia digna, cidades saudáveis, meio-ambiente hígido, transportes de qualidade, acesso ao trabalho e à renda, aos bens culturais, ao esporte e ao lazer**

Os participantes do **Fórum São Paulo - Século XXI** têm consciência da grave responsabilidade que assumem ao declarar tais compromissos e sabem que sua consecução dependerá do sucesso que obtenham, Sociedade e Governo, na implementação de medidas que permitam:

1) Reduzir a pobreza visando sua eliminação, o que implica: buscar o crescimento econômico com equidade, sobretudo na distribuição da renda e da riqueza, em particular, quanto ao acesso à propriedade da terra ; organizar e manter serviços públicos eficientes, administrados com responsabilidade e transparência e abertos à participação das camadas pobres da população nos processos políticos e nas decisões locais; a redução dos riscos a que estão sujeitos os mais pobres, em especial no que diz respeito a choques econômicos, catástrofes naturais, doenças e violência pessoal; garantir o acesso dos mais pobres a bens e serviços públicos, assim como a oportunidades do mercado.

2) Promover, de todas as formas, o desenvolvimento pessoal, mediante: o incremento incessante da qualidade do ensino fundamental, médio e superior, com crescente democratização das oportunidades; incentivo à produção e distribuição dos bens culturais, de lazer e desportivos, com foco nas populações mais jovens e carentes; respeito ao direito de acesso universal e igualitário aos

serviços de saúde, humanizados e de qualidade e busca da integralidade das ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação; reforma e descentralização político-administrativa do sistema público de saúde, com a municipalização plena e a construção de mecanismos de integração regional; construção criativa e participativa de planos locais, regionais e estaduais de saúde, com respeito à participação dos trabalhadores em saúde e representantes da sociedade civil no seu efetivo acompanhamento e controle.

3) Garantir a segurança das pessoas, de suas vidas e de seus bens, investindo nos indivíduos que atuam na área de segurança, capacitando-as na utilização de métodos e tecnologias modernos de combate à violência; modernizando equipamentos, métodos e técnicas de investigação e de repressão ao crime; atuando na prevenção da violência, formulando políticas e programas intersetoriais, com foco nos adolescentes e jovens adultos das comunidades mais carentes; respeitando os princípios e normas que regem o Estado Democrático de Direito quanto ao tratamento de vítimas e suspeitos de crimes e no combate a todas as formas de corrupção.

4) Fortalecer a descentralização política e o desenvolvimento comunitário garantindo o aumento do controle dos serviços públicos por parte das pessoas que deles têm direito; o incremento da capacidade local na resolução dos problemas de suas populações; a participação popular no planejamento das ações públicas e no seu monitoramento; o desenvolvimento de associações comunitárias setoriais, em especial para o uso de recursos e na implantação de projetos.

5) Preservar e recuperar o meio-ambiente e os recursos naturais, promovendo o incremento na capacidade de gestão da qualidade ambiental; a adoção de novos paradigmas para nortear o planejamento da utilização dos recursos naturais em três grandes linhas: patrimônio natural, patrimônio urbano e reciclagem; uma fiscalização eficiente com a capacitação dos recursos humanos e combate à corrupção; a introdução, no ensino formal, de temas relativos à educação ambiental e à qualidade de vida.

6) Incentivar investimentos privados eficazes, o que implica: investir em tecnologia e em atividades que gerem empregos e aumentem a renda do trabalho; reduzir os riscos para os investidores por meio de políticas fiscais, financeiras e creditícias estáveis; assegurar o império da lei, combatendo todas as formas de corrupção; apoiar as pequenas empresas para que possam participar, sem constrangimentos, dos mercados, assegurando seu acesso ao crédito, reduzindo custos e eliminando barreiras para sua entrada no mercado exportador, assegurando seu acesso à tecnologia, em especial às que se inscrevem no âmbito da Tecnologia da Informação.

7) Melhorar as condições da infra-estrutura social e econômica, o que impõe incentivar investimentos em telecomunicações com foco na democratização do acesso às redes de informação em todas as regiões do Estado; incrementar a qualidade dos meios de circulação das mercadorias e do transporte de pessoas, visando qualidade e competitividade; garantir a solidez e a sustentabilidade da matriz energética do Estado, com a diversificação de fontes e garantia da qualidade ambiental.

8) Fortalecer as Universidades e as Instituições de pesquisa no Estado de São Paulo, visando a incorporação da produção científica e tecnológica nacional nos processos de desenvolvimento do país e na afirmação do Brasil como partícipe da globalização; abrindo espaço para a contribuição da C&T para políticas de distribuição da renda e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas; obtendo das Universidades o aprofundamento do debate e a concepção de um projeto de desenvolvimento nacional que tenha São Paulo como norte.

9) Estabelecer as bases políticas e jurídicas para o desenvolvimento inclusivo, o que importa a criação de instituições públicas abertas e responsáveis perante todos; a garantia de transparência e de mecanismos democráticos e participativos nos processos de tomada de decisão e no seu monitoramento e avaliação; conceder assistência jurídica e a divulgação de informações sobre procedimentos jurídicos, com foco nas populações e regiões carentes.

10) Reformar o Estado e a Administração para criar instituições públicas que promovam o crescimento e a equidade, mediante a participação popular nos processos de tomada de decisão como a expressão da democratização, educação política e legitimação exigidas pelo Estado Social e Democrático de Direito; o incentivo à criação de uma nova cultura ético-política participativa, referenciada pelos valores democráticos; a incorporação dos avanços tecnológicos nos processos internos da administração pública e capacitação de seus funcionários para que assumam os novos perfis profissionais necessários à gestão das tecnologias de informação nas atividades meio e nos serviços que prestam à população; políticas públicas eficazes e isentas de corrupção que melhorem a provisão de serviços públicos e facilitem o crescimento do setor privado; a garantia de acesso a informações relativas à elaboração de orçamentos, aos mecanismos de planejamento e à avaliação de resultados da ação pública a fim de permitir seu controle pelos cidadãos; redirecionamento da administração pública para que atenda sua função social de prestação de serviços.

11) Efetivar as muitas dimensões da cidadania garantindo os meios necessários para: a concretização dos direitos positivados por meio da cooperação entre indivíduos e grupos sociais; a formação de cidadãos com capacidade de autonomia, que possam usufruir da cultura cívica e que criem vínculos solidários em seus espaços de vida; o estabelecimento de uma justiça baseada na conciliação,

em critérios de igualdade social distributiva e na participação dos interessados na controvérsia em questão e que a educação seja pela e para a cidadania.

Conclusão Final

Chegamos ao futuro

A humanidade atingiu o máximo de suas possibilidades nas relações com a natureza e com a sua própria história. Tornamo-nos re-inventores de vida, consertadores de alma, pacificadores das tormentas naturais; avançamos no domínio sobre a dor física, quase sobre a inexorabilidade da morte.

Chegamos à Era do Conhecimento.

Uma era em que se concretiza o desejo secular de que a existência humana seja o mais alto valor social e, na qual, cada homem e cada mulher sejam criadores, portadores e beneficiários da mais estratégica forma de riqueza social: o conhecimento.

Um tempo de paz e prosperidade.

De liberdade e esperanças.

Um tempo bom.

Visto do Brasil, este tempo parece sonho, utopia irrealizável, ficção. Visto de São Paulo, menos impossível embora distante, quase intangível.

Os participantes do **Fórum São Paulo - Século 21** reafirmam sua crença de que vale a pena lutar para que este tempo venha para todos e que represente a garantia da paz e da prosperidade, o que é, afinal, a única razão para que existam Sociedade e Governo.